

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária à Saúde

CNPJ/MF: 60.742.616/0017-27

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015 - Em reais

Balço Patrimonial	NE	2016	2015	Balço Patrimonial	NE	2016	2015																	
Ativo/Circulante		779.271,79	753.804,65	Passivo/Circulante		908.369,31	4.097.964,13																	
Caixa e equivalentes	(03)	779.271,79	539.486,28	Fornecedores		-	35.339,09																	
Adiantamentos	(05)	-	194.588,14	Obrigações trabalhistas		-	865.118,96																	
Despesas antecipadas		-	19.730,23	Obrigações sociais	(08a)	-	236.833,82																	
Não Circulante		17.056.524,51	9.647.764,93	Obrigações fiscais	(08b)	-	191.489,71																	
Realizável a longo prazo	(06)	17.056.524,51	9.647.764,93	Férias e encargos a pagar		-	2.313.544,55																	
Total do Ativo		17.835.796,30	10.401.569,58	Outras contas a pagar		31.920,70	74.735,25																	
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis				Verbas a aplicar ou devolver	(12)	774.518,02	266.058,35																	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício				Contas a pagar serviços terceiros		-	16.648,28																	
Patrimônio social	NE	2016	2015	Mútuos a pagar	(07)	-	3.196,12																	
No início do exercício		(3.450.159,48)	13.165.895,06	Contingências judiciais	(10)	101.930,59	95.000,00																	
Transferências patrimoniais		1.445.674,39	(15.294.481,03)	Não Circulante		17.146.633,55	9.753.764,93																	
Resultado do exercício		1.785.278,53	(1.321.573,51)	Exigível de Longo Prazo		17.146.633,55	9.753.764,93																	
No final do exercício		(219.206,56)	(3.450.159,48)	Obrigações sociais	(10)	16.983.088,51	9.635.246,79																	
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis				Processos Judiciais	(09/10)	111.736,18	12.518,14																	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31/12/2016 e 2015				Contingências Judiciais	(09/10)	51.808,86	106.000,00																	
1. A Entidade: a. Reconhecimento de utilidade pública: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina Atenção Primária à Saúde, filial da Associação Filantrópica Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, como a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária à Saúde tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades desenvolvidas pela Estratégia de Saúde da Família e atendimentos médicos ambulatoriais, mediante o cumprimento integral dos convênios firmados com a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo. b. Áreas de atuação: A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. c. Da manutenção: Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente contrato de gestão poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização. d. Da organização: A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Diretoria Geral; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. 2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária (a Lei n.º 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2.007 e a Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009 que modificam e introduzem novos dispositivos à Lei n.º 6.404/76.), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e a legislação específica emanada através da Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 14/02/2017. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. a. Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; b. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; c. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; d. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; e. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. f. Uso de estimativa: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. 3. Caixa e Equivalente de Caixa: Estão representados substancialmente por saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras assim distribuídas: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 30%;">Descrição</th> <th style="width: 5%;">2016</th> <th style="width: 10%;">2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Bancos conta movimento</td> <td>779.270,22</td> <td>3.753,09</td> </tr> <tr> <td>Aplicações Financeiras</td> <td>1,57</td> <td>535.733,19</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>779.271,79</td> <td>539.486,28</td> </tr> </tbody> </table>				Descrição	2016	2015	Bancos conta movimento	779.270,22	3.753,09	Aplicações Financeiras	1,57	535.733,19	Total	779.271,79	539.486,28									
Descrição	2016	2015																						
Bancos conta movimento	779.270,22	3.753,09																						
Aplicações Financeiras	1,57	535.733,19																						
Total	779.271,79	539.486,28																						
4. Execução do Contrato de Gestão (não auditado): Foram executadas as atividades abaixo demonstradas: Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato. <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 30%;">Item</th> <th style="width: 10%;">2016</th> <th style="width: 10%;">2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consultas Médicas da área - PSF</td> <td>26.093</td> <td>302.110</td> </tr> <tr> <td>Consultas de Enfermagem - PSF</td> <td>19.708</td> <td>159.677</td> </tr> <tr> <td>Visitas Domiciliares Médico - PSF</td> <td>1.022</td> <td>15.558</td> </tr> <tr> <td>Visitas Domiciliares Enfermeiro - PSF</td> <td>3.218</td> <td>29.726</td> </tr> <tr> <td>Visitas Domiciliares Agentes de Saúde - PSF</td> <td>115.441</td> <td>974.219</td> </tr> <tr> <td>Consultas Médicas das unidades - AMA</td> <td>43.026</td> <td>173.633</td> </tr> </tbody> </table>				Item	2016	2015	Consultas Médicas da área - PSF	26.093	302.110	Consultas de Enfermagem - PSF	19.708	159.677	Visitas Domiciliares Médico - PSF	1.022	15.558	Visitas Domiciliares Enfermeiro - PSF	3.218	29.726	Visitas Domiciliares Agentes de Saúde - PSF	115.441	974.219	Consultas Médicas das unidades - AMA	43.026	173.633
Item	2016	2015																						
Consultas Médicas da área - PSF	26.093	302.110																						
Consultas de Enfermagem - PSF	19.708	159.677																						
Visitas Domiciliares Médico - PSF	1.022	15.558																						
Visitas Domiciliares Enfermeiro - PSF	3.218	29.726																						
Visitas Domiciliares Agentes de Saúde - PSF	115.441	974.219																						
Consultas Médicas das unidades - AMA	43.026	173.633																						
5. Adiantamentos: Os saldos em aberto estão assim representados: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 30%;">Descrição</th> <th style="width: 5%;">2016</th> <th style="width: 10%;">2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adiantamentos a funcionários</td> <td>-</td> <td>194.588,14</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>194.588,14</td> </tr> </tbody> </table>				Descrição	2016	2015	Adiantamentos a funcionários	-	194.588,14	Total	-	194.588,14												
Descrição	2016	2015																						
Adiantamentos a funcionários	-	194.588,14																						
Total	-	194.588,14																						
6. Realizável a Longo Prazo: Em 31 de dezembro, os depósitos judiciais sobre as ações movidas pela entidade, são apresentados da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 30%;">Descrição</th> <th style="width: 10%;">2016</th> <th style="width: 10%;">2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depósitos Judiciais PIS</td> <td>16.983.088,51</td> <td>9.635.246,79</td> </tr> <tr> <td>Depósitos Judiciais Diversos</td> <td>73.436,00</td> <td>12.518,14</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>17.056.524,51</td> <td>9.647.764,93</td> </tr> </tbody> </table>				Descrição	2016	2015	Depósitos Judiciais PIS	16.983.088,51	9.635.246,79	Depósitos Judiciais Diversos	73.436,00	12.518,14	Total	17.056.524,51	9.647.764,93									
Descrição	2016	2015																						
Depósitos Judiciais PIS	16.983.088,51	9.635.246,79																						
Depósitos Judiciais Diversos	73.436,00	12.518,14																						
Total	17.056.524,51	9.647.764,93																						
Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente																								

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal: A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da APS Atenção Primária à Saúde Santa Marcelina referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis: **A Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária à Saúde São Paulo - SP Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária à Saúde, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária à Saúde em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Continuidade:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n.º 19, explicando que a Entidade finalizou o processo iniciado em 2015 de transferências das unidades gerenciadas pelo convenio para novos contratos de gestão estabelecidos com a Secretaria de Saúde do Município de São Paulo através da Rede Assistencial de Supervisões Técnicas. Algumas unidades foram transferidas para outros contratos de gestão não relacionados e esta unidade, sendo desta forma encerrada as atividades do convênio atual. Os recursos remanescentes serão devolvidos, devidamente atualizados, à Secretaria da Saúde do Município de São Paulo após a entrega da prestação de contas finalizadora. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Demonstrações do valor adicionado Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas de-

Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. Irmã Elzina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinéz Rossato.

monstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

continua

continuação

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 2 de março de 2017.

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0
José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Pronto Socorro do Engenho Novo - Barueri/SP

CNPJ/MF nº 24.232.886/0143-89

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do resultado			
Ativo	Nota	2.016	2.015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.016	2.015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	4	3.359.661	3.048.907	Fornecedores	8	312.416	249.951
Contas a receber	5	1.828.803	1.611.004	Honorários médicos	9	558.763	744.713
Estoques	6	163.356	138.115	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.169.945	1.104.286
Outros ativos circulante		119.679	107.514	Obrigações fiscais		97.694	90.314
		5.471.499	4.905.540	Receita diferida	11	650.625	818.530
Não Circulante				Partes relacionadas	12	2.014.793	975.696
Imobilizado	7	447.707	490.505			4.804.236	3.983.490
Intangível	7	105.131	159.878	Não Circulante			
Subvenções a realizar	7	(516.482)	(650.383)	Provisão para descontinuidade	13	515.042	376.810
		36.356	-			515.042	376.810
Total do Ativo		5.507.855	4.905.540	Patrimônio Líquido			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido				Patrimônio social			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Déficit do exercício			
	Patrimônio social	Superávit(déficit) do exercício	Total				
Em 01 de Janeiro de 2.015	69.768	1.376.286	1.446.054			545.240	1.446.054
Transferência	1.376.286	(1.376.286)	-			(356.663)	(900.814)
Déficit do exercício	-	(900.814)	(900.814)			188.577	545.240
Em 31 de Dezembro de 2.015	1.446.054	(900.814)	545.240	Total do Passivo		5.507.855	4.905.540
Transferência	(900.814)	900.814	-	ceitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. h) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber. • Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.			
Déficit do exercício	-	(356.663)	(356.663)	4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição			
Em 31 de Dezembro de 2.016	545.240	(356.663)	188.577	Fundo Fixo		1.000	1.000
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras				Banco conta movimento (a)		95	3.047.907
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015				Aplicações financeiras de curto prazo (b)		3.358.566	-
Cifras apresentadas em reais.						3.359.661	3.048.907
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstica ou a administração própria dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Pronto Socorro do Engenho Novo - Barueri/SP: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 1º de agosto de 2.013, celebrou com a Prefeitura do Município de Barueri, o contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Pronto Socorro do Engenho Novo em Barueri, com vigência de 12 (Doze) meses, podendo ser renovado pelo mesmo prazo, até o limite máximo de 05 (cinco) anos. Em 16 de outubro de 2015, as partes assinaram o segundo termo aditivo ao contrato de gestão, que reduziu o repasse das subvenções para o custeio mensal e dos investimentos na unidade. Consequentemente, a partir de agosto de 2015, a Administração implantou medidas para reduzir os gastos mensais, sem prejudicar o atendimento a população. Em 27 de abril de 2016, as partes assinaram o terceiro termo aditivo ao contrato de gestão, que reduziu novamente o repasse das subvenções para o custeio mensal e dos investimentos na unidade. Novamente, a partir de maio de 2016, a Administração implantou medidas para reduzir os gastos mensais, de acordo com escopo sugerido pela Secretaria Municipal de Saúde de Barueri, sem prejudicar o atendimento a população. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 24 de Fevereiro de 2.017. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, quando constituídas, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As re-							

continua

